RESENHA

SERRANO, CARLOS. ANGOLA. NASCIMENTO DE UMA NAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL. ED. KILOMBELOMBE, 2008, 376 P.

*Rosemberg Ferracini**

PARA O GUERREIRO AMIR EL HAKIM DE PAULA

Para os geógrafos que se interessam em estudar a influência da formação territorial dos estados lusófonos no continente africano por meio das discussões da Geografia política, da Geopolítica entre nacionalismos e nacionalidades, da política territorial das fronteiras africanas ou mesmo das tendências e perspectivas do Estado angolano na atualidade, convidamos a leitura da obra do professor angolano Carlos Serrano *Angola. Nascimento de uma nação: um estudo sobre a construção da identidade nacional 2008* encontra-se disponível para venda no Centro de Estudos Africanos (CEA), pertencente à Universidade de São Paulo, e no Instituto Casa das Áfricas, no qual o autor é docente, pesquisador e um dos sócios fundadores desde o dos anos 1970[1].

Composto em oito capítulos, a obra está divida em discussões teóricas e proposições metodológicas que tratam

* Professor Universitário e Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, USP. E-mail: rosemberggeo@yahoo.com.br.

[1] Professor da disciplina "*As elites culturais africanas: trajetórias e discursos múltiplos na formação dos Estados contemporâneos*".

do entendimento do continente africano, acompanhado de mapas e cartas étnicas. Os setes mapas representam os temas da divisão política administrativa de Angola, da distribuição de estabelecimentos de ensino católico e protestante e da migração dos povos que formaram o Estado angolano. As três cartas dizem respeito às divisões étnicas e linguísticas minuciosamente detalhadas nos seguintes grupos: conguês, guanguela, ambundu, herero, lunda-quioco, ambo, luba, ambo, ovimbundo, xindonga e demais povos não bantos[2]. As cartas como os mapas estão acompanhados na divisão linguística no português e na língua nativa bantu. Podemos dizer que a conquista de espaços e a origem do povo angolano caminharam em paralelo, enquanto limites coloniais portugueses que foram legitimando as futuras identidades territoriais.

O primeiro capítulo discute o que as correntes teóricas escreveram a respeito dos países africanos, em particular dos lusófonos, passando pelos estudos nos Estados Unidos, Inglaterra, Bélgica, Canadá, Brasil, Alemanha, França e Portugal. Seu levantamento e análise se dão pela ciência política, história, literatura, sociologia, antropologia, geografia e direito. Nesses campos, aprofundam-se suas análises comparativas com apoio em René Pélissier (1969, 1971 e 1972), Robert Davezies (1968), Basil Davidson (1957, 1961 e 1974), Mourão (1969), Ronald Chilcote (1961, 1963, 1967, e 1972), Jan Vansina (1966) e John Marcum (1962, 1967, e 1971), buscando indícios dos discursos que tratam da legitimidade nacionalista angolana, suas análises do aparelho político colonial e as lutas de independências.

No segundo capítulo, temos um recorte do discurso entre colonizador e colonizado que consiste na análise das relações entre europeus e africanos, do seu teor político e

[2] Segundo Serrano (2008, p. 111), a palavra bantu foi criada por Black em 1862 e pretendia nomear a grande família linguística africana que se serve da raiz ntu para nomear pessoas. Acrescentado a essa raiz o prefixo plural ba, resulta a palavra ba-ntu.

econômico, das diferenças culturais e de seus instrumentos de dominação. Para tal desenvolvimento, Carlos Serrano (2008) mergulha em alguns documentos, como aqueles que relatam os recenseamentos das povoações de Angola dos anos de 1906, 1926 e 1950. Os objetos de análise foram aqueles povos do ponto de vista do governo político, da organização guerreira, dos direitos civis, do julgamento de crimes e delitos, dos recursos econômicos, das principais cerimônias, crenças e superstições, dos diversos usos e da linguagem.

"Os homens da terra e as suas fronteiras" é o título do terceiro capítulo, que aprofunda a reflexão sobre os primeiros passos da formação territorial de Angola pela população nativa. Embasado em mapas etnográficos, sua análise parte do século XIII, em que se deu o fluxo migratório dos pigmeus ao norte, e posteriormente o fluxo dos khoi-san, que compreendem os subgrupos hotentotes e bosquímanos. Eram grupos pastores e agricultores que provavelmente deram origem a outros, como os ngangela e umbundu. A análise então se detém no século XV com os grupos nyaneka-humbi, no século XVI com os jagas, no século XVIII com os ngangela novamente e, por fim, no século XIX com os xindongas. Junto às ondas migratórias, Serrano (2008) traz dados referentes aos acidentes geográficos, modos de vida, localização, estruturas sociais, pontos de fixação e outros dados relativos à formação social e econômica desses povos.

No quarto e quinto capítulos, o autor envereda por uma História e uma Geografia particulares das lutas de libertação dos povos africanos dos países lusófonos. Fundamentado na documentação local, Serrano discorre a respeito das diversas formas de resistência contra o colonialismo, pontuando a produção literária, a denúncia dos intelectuais autóctones, as campanhas de pacificação, os congressos e conferências africanas que buscavam o (re)nascer da consciência política e nacionalista pós-Segunda Guerra Mundial. O livro traz informações a respeito da Associação dos Naturais de Angola (ANANGOLA), o Partido

da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA), o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), com destaque para as personalidades do angolano Mário de Andrade, o poeta Antonio Jacinto, Agostinho Neto, o agrônomo Amilcar Cabral e a influência do pensamento do psiquiatra martinicano Frantz Fanon. A nosso ver temas preciosos e inspiradores para aqueles que trabalham no ensino e pesquisa da Geografia Histórica, na História do Pensamento Geográfico e na temática do Pós-Colonialismo, sobretudo na América Latina e África. Vamos além, para aqueles que buscam compreender a formação do territorial brasileira a obra de Serrano me parece um interessante ponto de encontro quando analisa os focos para luta de libertação colonial portuguesa na busca de construção de uma nação livre dos moldes coloniais.

No sexto capítulo são registrados os frutos das lutas travadas pelos movimentos elencados anteriormente e a criação de uma identidade territorial originada, tanto pela rejeição à presença do colonizador, quanto pela racionalização dessa rejeição operada pela língua e pela geografia. As palavras e os discursos africanos demarcavam posicionamentos e concepções políticas críticas contrárias ao colonizador português europeu. Críticas essas que foram feitas aos marcos coloniais como monumentos, estátuas e demais fatos míticos portugueses presentes na capital Luanda.

Em "Etnicidade, mobilização e recrutamento", sétimo capítulo, o professor apresenta o processo de recrutamento as organizações políticas dos diversos grupos nacionais citados nos capítulos anteriores. Segundo ele, tais fatos ocorreram por meio da organização e da mobilização da população, dos combatentes guerrilheiros, das autoridades locais e tradicionais e dos voluntariados que buscaram gestar e organizar as ações territoriais na guerra civil de libertação.

No oitavo e último capítulo, embasado em jornais da época, entrevistas e diferentes estatutos dos programas nacionais africanos, a obra trata da proclamação e independência de Angola

em 11 de novembro de 1975. Um tópico importante é aquele a respeito da implantação dos projetos políticos, em particular, o de uma Constituição Nacional local que foi proposta pelos movimentos sociais nativistas. Entre os programas postos na mesa, um deles tinha como objetivo garantir a "*igualdade de todas as etnias de Angola e reforçar a união e a ajuda fraterna entre elas*" e a "*interdição absoluta de todas as tentativas de divisão do povo angolano*", dentre outros artigos postos pelas novas comissões administrativas. Nos dois últimos capítulos, percebe-se que a soberania via a identidade nacional territorial toma força e direcionamento. A união dos povos agora angolanos tiveram como meta consolidar um país, projetar e unificar o estado africano.

Considerando que nos últimos anos a Geografia brasileira tem registrado um interesse pelos temas que envolvem o continente africano, acreditamos que a obra discutida de Serrano traz contribuições diversas. Aliás, é importante lembrar que não é de agora que o ritmo de produção (acadêmica e extra-acadêmica) desse recorte vem adquirindo relevância, diferentemente de outros recortes nas ciências humanas como os da antropologia e da história, pelas novas perspectivas que ele possibilita. Outro dado a salientar é a elegância em analisar a complexidade que envolve seu objeto, fato que só foi possível devido ao contato com a literatura específica e local da época, com tamanha precisão e cuidado, contextualizando os marcos políticos, econômicos e culturais da formação territorial angolana. Diante do conjuto enunciado fica o desafio. A cara, importante e preciosa incitação de transpor para o campo escolar, em específico nos manuais escolares, livros didáticos ou paradidáticos, informações que ajudem os professores na sala de aula, na (re)construção de um país chamado Angola. Estado esse composto de organizações civis, línguas, saberes, povos, relevos e regiões formadas por territórios sobrepostos e histórias entrelaçadas, de uma nação diferente do olhar

colonizador. Enfim, para aqueles que desejam ministrar suas aulas ou pesquisar 'De Costa a Costa', seja a respeito da África colonial portuguesa, pós-colonial, da atualidade de Angola ou de sua ligação com as terras brasilis. O livro *Angola Nascimento de uma nação: um estudo sobre a construção da identidade nacional* traz para os geógrafos de maneira sistematizada as contradições dos últimos séculos que dizem respeito do Continente Africano. Boa leitura.